

Doenças, práticas de cura e curandeiros negros no sudoeste baiano (1869-1888)

Washington Santos Nascimento*

Resumo

Este artigo tem por propósito discutir sobre as principais doenças acometidas na população negra do sudoeste baiano, mais propriamente na região de Maracás/BA e a existência de práticas de cura não oficiais, realizadas pelos curandeiros, quase sempre negros, na região de Maracás/BA e Vitória da Conquista/BA, entre os anos de 1869 e 1888. Para tanto, se faz usos de registros de óbitos, processos-crimes e demais documentos cartoriais.

Palavras-chave: Enfermidades; Curandeiros; Negros; Sertão baiano.

Vitória da Conquista e Maracás são as duas cidades mais antigas do sudoeste do estado da Bahia. As primeiras referências a Maracás datam de 1660 quando bandeirantes portugueses, ao subir o Rio Paraguaçu em direção à Serra Geral, enfrentaram os indígenas Maracás – guerreiros que assim eram chamados por usarem de um instrumento, o maracá, que consistia em um cilindro de madeira (ou cabaça), oco, contendo no seu interior pedras pequenas.

A resistência dos indígenas impossibilitou um avanço maior dos portugueses, que voltaram novamente à região, em 1671, com os sertanistas Baião Parente, Brás Rodrigues Arcão, sargento Pedro Gomes e Gaspar Rodrigues Adorno¹. Eles dizimaram a população indígena e construíram no local um criatório de gado. Graças às boas pastagens e localização geográfica (um entroncamento que ligava as minas de Rio de Contas ao litoral sul e a capital), em 1855 é criado o município de Maracás, desmembrado de Mucugê.² Fazia parte de Maracás neste período uma enorme extensão de terras que hoje constituem diferentes cidades do sudoeste baiano, tais como Milagres,

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Diretor da Faculdade Eça de Queirós (FACEQ).

¹ Sobre diferentes aspectos da presença indígena na localidade ver Puntoni (2002); Neves (2008) e; Siering (2008).

² Para maiores informações sobre a história da cidade de Maracás, ver Nascimento (2009); Araújo (1997) e; Fonseca (1999).

Jequié, Manoel Vitorino, Jaguaquara, Itiruçu, Lagedo do Tabocal e Contendas do Sincorá.

Já a história de Vitória da Conquista e das cidades em seu entorno (Planalto, Encruzilhada, Poções, Boa Nova e Manuel Vitorino), está ligada à formação e expansão do grupo familiar formado pelo “preto-forro”, o português João Gonçalves da Costa. Ele foi o primeiro preposto de Portugal a ocupar economicamente a região, em finais do século XVIII,³ que em tempos remotos era denominada Sertão da Ressaca.⁴ Tanto Maracás, quanto Vitória da Conquista abrigaram sob seu território, até finais do século XIX, praticamente todas as cidades que hoje compõem o sudoeste do estado da Bahia.

Imagem 1 – Sudoeste da Bahia



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI/BA).

³ A região já era habitada por índios e negros fugidos. Para mais detalhes ver Nascimento (2008). *Mestiçagens e Identidades Negras: Um olhar a partir da relação negro-indio*; e Nascimento (2007).

⁴ Sobre diferentes aspectos da história de Vitória da Conquista ver Nascimento (2008). *Construindo o "negro": lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)*; Ivo (2004); e Sousa (2001). *A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*.

Discutir sobre a população negra desta região, enfocando aspectos relacionados à sua saúde, ou seja, as principais doenças as quais ela estava sujeita, bem como a existência de práticas de cura não oficiais realizadas pelos curandeiros, entre os anos de 1869 e 1888, é o que propomos então neste artigo. Sobre esta questão Pimenta e Ribeiro (2013) destacam que a historiografia brasileira sobre saúde e escravidão convergiu para três eixos principais: primeiro, os discursos médicos sobre a escravidão; depois, a demografia relacionada às doenças que mais atingiam os africanos; e por fim; a assistência à saúde dada a esses indivíduos pela medicina chamada de acadêmica ou por “terapeutas” populares (os curandeiros, por exemplo) a esses indivíduos. Sobre estes dois últimos eixos passaremos a discutir a seguir.

Do que morre um “negro”: um estudo de caso a partir de registro de óbitos de Maracás/BA

Diante da impossibilidade de realizarmos uma pesquisa com livros de óbitos em Vitória da Conquista, concentramos nossos esforços em livros relativos à região de Maracás.⁵ Analisamos 325 registros contidos em dois livros de óbitos correspondentes aos anos de 1877 a 1887,⁶ bem como um livro de batismo referente aos anos de 1880 a 1887,⁷ além de escrituras e livros de notas. Uma característica desses registros eclesiásticos (batismos, casamentos e óbitos), como observa Petiz (2006), é o fato de serem “[...] repetitivos ao longo do tempo e homogêneos, apresentando raras modificações que, em geral, foram ocasionados pela mudança dos religiosos que redigiam as atas.” (PETIZ, 2006, p. 3).

Normalmente, o registro do óbito era feito no mesmo dia do acontecido ou no dia posterior. Quando feito numa data muito distante pagava-se uma multa. Tal registro, como ainda é hoje em dia, era fundamental para que fosse obtida a autorização para o enterro nos cemitérios públicos. Levando-se em consideração que, muito provavelmente, a população negra vivia na zona rural e que era nos cemitérios

⁵ Pelo que nos foi relatado existem livros de óbitos relativos a Vitória da Conquista referentes a finais do século XIX, entretanto esses livros são de acesso restrito a religiosos vinculados a Igreja Matriz de Vitória da Conquista.

⁶ Livro de Óbitos Nº 1 (1877 – 1882). AFWLS – Maracás/Bahia. (não Catalogado) e Livro de Óbitos Nº 2 (1882 - 1888). AFWLS – Maracás/Bahia. (não Catalogado). Durante todo o artigo faremos uso de duas siglas AFWLS para se referir ao Arquivo do Fórum Washington Lidérico Silva em Maracás/BA e AFJM referência ao Arquivo do Fórum João Mangabeira em Vitória da Conquista/BA.

⁷ Livro de Batismos (1880-1884). AFWLS (não Catalogado).

particulares presentes nas fazendas onde se praticava o enterro dos defuntos sem fazer nenhum registro disso, não deve nos surpreender que a grande maioria dos falecidos residissem na cidade de Maracás e na Povoação dos Morros, onde havia um maior rigor das autoridades locais em verem seus defuntos enterrados nos cemitérios públicos.

Dos mortos, 78% eram libertos e apenas 22% ainda continuavam escravos, evidenciando, assim, o declínio da escravidão na região, mesmo antes da lei que instituiu o fim da escravidão nacional. Percebe-se na região a atuação de um fundo de emancipação, mecanismo criado pela lei do Ventre Livre e que possibilitava a libertação de escravos.⁸ Normalmente, quem fornecia os dados dos registros de óbitos dos escravos eram os seus donos ou procuradores.

Já os registros da população livre eram feitos por algum parente (normalmente pai, filho, marido, ou outro), pelo delegado de polícia; no caso de crianças livres filhas de escravos (os ingênuos), era feito pelo proprietário de seus pais e era registrado também em um livro próprio para os ingênuos. Dessa população livre, cerca de 33% morria antes de completar um ano de idade, normalmente vítimas do “mal-de-sete-dias”, de tuberculose ou de outras enfermidades mais suscetíveis a crianças criadas em condições de pobreza.⁹

Analisando o Rio de Janeiro de 1808 a 1850, Karash (2000) também chega a dados próximos aos nossos ao destacar o elevado índice de mortalidade de crianças escravas na cidade.¹⁰ Outro que destaca o elevado índice de mortalidade infantil entre a população de cor foi João Reis (1991), em seu estudo sobre a cemiterrada¹¹. Outro dado significativo é o fato de que 23,75% dos mortos tinham mais de sessenta anos e não raro morreriam de “velhice”.

⁸ O Fundo de Emancipação de Escravos foi criado pela Lei 2.040 de 28 de setembro de 1871 (A lei do Ventre Livre), era uma dotação financeira do Governo Imperial às suas províncias e Municípios, para que os mesmos indenizassem os senhores de escravos, cujos cativos fossem libertos pela Juntas locais criadas para libertação dos escravos, a partir da avaliação de seus membros se aquela libertação seria “proveitosa à causa da liberdade”. Apesar dos problemas e irregularidades, com os recursos do Fundo, mais de 30.000 escravos foram libertados no país (CASTILHO; COWLING, 2013).

⁹ O “mal-de-sete-dias” é uma expressão utilizada até os dias atuais para nominar a enfermidade acometida em crianças entre o 1º e 7º dia de nascimento, normalmente associada ao tétano. No dicionário de Medicina Doméstica e Popular, de Theodoro Langarrad, de 1872, é descrito da seguinte forma: “É uma afecção que sem dúvida parte da medula espinhal [...]. É frequente nos países tropicais e em toda a América do Sul; é raro na Europa. A moléstia começa ordinariamente doze horas depois do parto, raras vezes ou talvez nunca, depois do sétimo dia, razão porque mui acertadamente o vulgo lhe dá o nome”.

¹⁰ Para maiores informações sobre as moléstias que acometia os escravos adultos e crianças, ver Karash (2000), p. 143 a 167 e p. 207 a 258. Para a região sul do Brasil, ver Petiz (2006).

¹¹ Ver: Reis (1991).

Tabela 1 – Índice de Mortalidade

- 1 Ano	30	33,33%
01 a 10 anos	11	12,22%
11 a 20	6	6,6%
21 a 30	11	12%
31 a 40	6	6,6%
41 a 50	5	5,5%
51 a 60	0	0%
Mais de 60	21	23,75%
Total	90	100%

Fonte: Livro de Óbitos N° 1 (1877-1882). AFWLS – Maracás/Bahia, não Catalogado e Livro de Óbitos N° 2 (1882-1888). AFWLS – Maracás/Bahia, não Catalogado

O registro das doenças era extremamente difícil, devido à inexistência de médicos na região, entretanto, como demonstra a historiografia sobre o tema, mesmo com a presença destes a identificação e certeza da enfermidade e causa mortis era sempre difícil e imprecisa.¹² O único que aparece na documentação é o Doutor Ernesto da Silva Pinto, formado na Faculdade de Medicina da Bahia, que tinha propriedades próximas a Maracás, entre elas, a Fazenda do Boqueirão, na qual no ano de 1879 é registrada a presença de escravos. A atuação desse médico era constante na região, visto que em alguns momentos era ele que ia fazer o exame de corpo de delito e dava o atestado àqueles que iam fazer o registro. Devido à inconstância do “doutor”, que normalmente só emitia tais atestados a indivíduos ligados á propriedades de sua família, cumpria esta tarefa na cidade de Maracás o Capitão Genezio Borges de Souza ou seu irmão, o Major Carlos Borges de Souza, ambos negociantes e farmacêuticos práticos.

A análise dos livros de óbitos nos revela o seguinte quadro no que se refere às enfermidades que atingiam a população negra:

¹² Ver Chalhoub (2003) e Figueiredo (1997).

Tabela 2 – Causas Mortis da população negra

Armas de fogo	3	2,43%
Congestão	2	1,60%
Estupor	3	2,43%
Febres	13	10,56%
Hidropsia	2	1,60%
Mal de sete dias	5	4,06%
Moléstia interna	31	25,20%
Moléstia de peito	16	13%
Parto	2	1,06%
Queimadura	3	2,43%
Tísica	2	1,06%
Velhice	4	3,25%
Outros	37	30,08%
Total	123	100%

Fonte: Livro de Óbitos Nº 1 (1877 - 1882). AFWLS – Maracás/Bahia, Não Catalogado e Livro de Óbitos Nº 2 (1882 - 1888). AFWLS – Maracás/Bahia, Não Catalogado

A falta de um conhecimento mais aprofundado por parte daqueles que registravam os óbitos nos impossibilita um conhecimento maior das doenças que afetavam a população de cor, assim 25,20% morria de “moléstia interna” e as “febres” eram responsáveis por 10,56% das mortes. Barbosa (2008) apresenta um percentual semelhante para o registro da Freguesia de Nossa Senhora da Candelária (área urbana do Rio de Janeiro), com pouco mais de 20% para moléstias internas e 10% para as febres. Segundo Reis (1991), essas expressões abrangentes eram utilizadas quando não era possível associar os sintomas do enfermo com alguma doença conhecida, assim sendo, tais denominações nos impossibilitam precisar a razão da morte desses enfermos. Entretanto, outras doenças também eram muito comuns como, por exemplo, a

tuberculose (denominada geralmente como “moléstia de Peito”), responsável por 13% das mortes e o mal-de-sete-dias, por 5% das mortes.¹³

Interessante destacar que, por Maracás ser uma região de clima frio, muitas pessoas se deslocavam até a localidade para se curar das “moléstias de peito”, conforme aponta Aguiar (1976), de que “[...] o clima em qualquer parte do termo é o mais salubre possível, e muito aproveitado á cura de certas moléstias de peito, cujos doentes vão ali se restabelecer” (AGUIAR, 1976, p. 218). Nota-se que a tuberculose não fez tantas vítimas em Maracás como fez no Rio de Janeiro em estudo apresentado por Karasch (2000), nos anos de 1695-1839 foram (53,6%) e 1833-1849, (36,8%), perdendo em números apenas para os dados oferecidos por Barbosa (2008) nas Freguesias de Nossa Senhora da Candelária (área urbana) e Nossa senhora de Jacarepaguá (área rural), também no Rio de Janeiro dos anos de 1820-1831, em que a tuberculose fez menos de 5% de vítimas.

Considerando a disparidade dos períodos em comparação, talvez o que deu a Maracás uma maior imunidade à tuberculose foram as condições naturais da região e o modesto movimento migratório de escravos e pessoas livres na cidade, ao contrário do que ocorria no Rio de Janeiro devido aos portos marítimos que recebiam navios negreiros vindos da África e de outras regiões do mundo.

Muitos libertos morriam na miséria, como Maria Florinda, de setenta anos de idade, cor cabra, “vivia em miserável estado” e também segundo o livro de óbitos “a cerca de trinta anos mais ou menos residia na Gameleira deste Termo e que doravante este tempo nunca por alguém foi procurada”, morreu só, em 1887, de “moléstia Interna”.¹⁴ Mais triste ainda é o relato da vida de Antonio, africano, ex-escravo de dona Maria Angélica da Costa Saraiva, que morreu em 1888 de moléstia cancerosa no nariz. Devido ao estado avançado da doença, vivia só, morrendo “pobre e indigente” na localidade de Lava Pés.¹⁵

A precarização da vida desta população fazia com que doenças aparentemente eliminadas voltassem a se manifestar, a exemplo do escorbuto causado pela falta de vitamina C. Esta doença foi a responsável pela morte do pequeno André, de quatro meses, nascido na localidade de Milagres (provavelmente a atual cidade de Milagres) e

¹³ Em outras regiões a Tuberculose também era identificada como Tísica. (LANGAARD, 1872).

¹⁴ Registro de óbitos. (Registro Número 13). AFWLS (não Catalogado).

¹⁵ Registro de óbitos (Registro Número 29). AFWLS (não Catalogado).

filho de pais libertos.¹⁶ Não raro também foi o registro da morte por velhice (3,25%), evidenciando, assim, que poucos indivíduos chegavam a uma faixa etária mais avançada.

Curandeiros negros em Maracás e Vitória da Conquista/BA

Os curandeiros eram personagens importantes naquele universo social carente de médicos e com significativa ausência de um conhecimento sobre as doenças, o que causava um temor maior entre das pessoas. Mesmo se reportando ao século XVIII vale a pena lembrar Calainho (2006) quando essa diz que:

O pouco conhecimento científico em relação a várias doenças e seus sintomas, ao funcionamento do corpo e aos possíveis remédios e tratamentos levou a interpretações ancoradas num profundo sentimento místico e religioso. Assim, algumas moléstias eram vistas como feitiços – sobretudo as de caráter psíquico e neurológico – e tratadas como tal, distinguindo-se, então os curandeiros que curavam doenças e malefícios, daqueles que os promoviam. Em alguns casos os próprios médicos sugeriam a hipótese de o doente estar enfeitado, assumindo sua inaptidão para curar. (CALAINHO, 2006, p. 209).

Quase sempre descendentes de africanos ou indígenas, os curandeiros, desenvolviam uma função religiosa e médica, mas, por lidarem com saberes não provenientes do universo cultural europeu e por serem de natureza ambivalente, poderiam tanto fazer o “mal” quanto o “bem”. Isso causava temor naqueles que defendiam padrões de civilidade em uma cidade do sertão baiano.

Segundo Mello e Souza (1986), essa imagem ambivalente dos curandeiros/feiticeiros era comum no período colonial brasileiro, pelo fato de tais indivíduos terem o poder de restituir a saúde dos enfermos, mas, também, de desencadear malefícios, daí o seu duplo caráter. Gruzinski (2003) também esclarece que, no México Colonial, a diferença entre o “curandeiro” do bem e “curandeiro malfazejo”, o “devorador de corações”, era muito tênue e dependia das circunstâncias.¹⁷

Provavelmente, uma curandeira existente em Maracás foi Maria Jacaré, encontrada em finais da década de 70 do século XIX em uma rua predominantemente formada por negros, a Rua dos Periquitos. Era em sua casa que alguns ex-escravos

¹⁶ Esta era uma das principais enfermidades que matava os negros durante a travessia oceânica (RODRIGUES, 2005).

¹⁷ O que esses autores nos sugerem é que, para além da questão de cor, o próprio curandeiro é uma figura ambivalente.

nascidos na África preferiram morrer. Foi é o caso, por exemplo, de João Africano, solteiro, liberto, morto em 1877, aos 65 anos, por causa de uma Moléstia Interna. E também de Nicolau Africano, de 80 anos, ex-escravo de Maria Jardim, e José Cobra, de 100 anos, ex-escravo do Major José Antonio Ribeiro de Novaes, solteiro. Ambos eram libertos e morreram de Velhice, em 1880. Todos estes óbitos foram registrados por uma única pessoa, Joaquim Nagô, que provavelmente tinha uma relação de proximidade com Maria Jacaré.

Quem seria Maria Jacaré? Algumas hipóteses levantadas sugerem que ela poderia, por exemplo, uma curandeira que atraía doentes em busca da cura de seus males e/ou ainda uma líder religiosa, procurada pelos enfermos, nos momentos finais de suas vidas.¹⁸

Na região de Vitória da Conquista, também a sudoeste do estado da Bahia a primeira representação encontrada de um curandeiro na região aparece em um documento de 1859, localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia, pela historiadora Antonieta Miguel. Trata-se de um ofício enviado pela presidência da província ao Juiz Municipal da Imperial Vila da Vitória, em 13 de maio de 1859, em que determina dever esse juízo expedir as mais terminantes ordens,

[...] para que seja preso e competentemente processado o preto Antonio Gradia, não só de usar a medicina, sem que esteja para isso autorizado, como porque segundo informou a vossa senhoria o doutor Juiz Municipal desse termo, tem feito aplicações em seus curativos de ervas venenosas, que dão resultado a perda da razão, naqueles que por infelicidade se sujeitam a tal aplicação.¹⁹

A idéia construída é a de um “preto” que, sem estar autorizado, usava medicamentos que levavam à perda da razão. Cor e comportamento, marcas inegáveis do racismo acham-se presentes nessa descrição. Vê-se também a idéia de que a medicina era só para aqueles que estavam autorizados, ou seja, por pessoas com ascensão social, que tinham conseguido realizar o curso de Medicina, provavelmente brancos. Sobre Antonio Gradia, não encontramos mais referências em outros documentos, mas este personagem não era incomum no Brasil Império, vide, por exemplo, Juca Rosa, negro nascido no Rio de Janeiro, em 1834, filho de uma africana,

¹⁸ Para mais informações ver: Nascimento e Santos (2009).

¹⁹ Seção Colonial e Provincial, Presidência da Província, Seção Judiciário, Período 1837 – 1872, Maço 2647 (1860). APEB. Documento gentilmente cedido por Antonietta Miguel.

objeto de estudos de Sampaio (2009), ele liderava uma organização religiosa, que segundo a pesquisadora, pode ser entendida como os primórdios do candomblé carioca.

Outro curandeiro encontrado na documentação também de Vitória da Conquista foi Joaquim Antonio Bandeira.²⁰ Ele aparece em um processo por injúrias verbais de 1874, impetrado por Severiano da Silva Pinha e sua mulher (acusadores) contra Maximiliano José de Barros e sua mulher Theofila Boa Sorte (acusados).²¹ Na documentação ele é sempre descrito como “negro-curandeiro”. Dois eixos discursivos, não excludentes, mas complementares, entram na representação de Joaquim – “negro” e “curandeiro” –, mostrando que ele também estava no “entre-lugar”, ora negro, ora curandeiro.²²

A acusação de Severiano é de que Maximiliano e Theofila estavam difamando sua filha Balbina, por um suposto envolvimento “imoral” com Joaquim Antonio Bandeira, um “negro-curandeiro”. No primeiro relato, os acusadores ressaltam o papel dele:

Diz Severiano da Pinha Silva, casado, com família, morador do lugar chamado Olho d’Água, que achando-se o suplicante ausente de sua casa em fins do mês de junho passado, sua mulher e sua filha Balbina Maria da Silva, menor de 21 anos, foram de visita a casa de Maximiliano José de Barros no lugar assim denominado Furados – vizinho desta vila e aí pernoveram, mas a filha do suplicante nessa noite adoeceu gravemente e achando-se presente um curandeiro de nome Joaquim Antonio Bandeira aplicou-lhe algumas mezinhas, com as quais ela melhorou.²³

Segundo Severiano, o curandeiro depois de ter bebido cachaça, dissera que Balbina estava com “fogo”:

[...] e que estava prenhe, depois de ter o mesmo curandeiro uma conversa particular com a mãe da dita, foi esta atacada por uma moléstia desconhecida na história médica. Que sendo Balbina conduzida para o quarto onde dormem os acusados, aí pôs-se a estrebuchar e ao mesmo tempo abraçando e sendo abraçada pelo curandeiro. Que Balbina, durante o referido ataque pedia a todos, inclusive a mãe, que a deixassem só com o curandeiro e proferia palavras obscenas e impróprias para uma donzela.²⁴

²⁰ O processo que envolve este curandeiro também foi analisado em outro artigo escrito por nós para a revista Afro-Asia. Para mais informações ver Nascimento (2013).

²¹ Esse processo foi localizado por Itamar Aguiar (1999) e citado em sua dissertação. Ver Aguiar (1999).

²² A ideia de Entre-Lugar foi retirada de Homi Bhaba (2001). Para ele: “Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. (BHABA, 2001, p. 20).

²³ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

²⁴ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

Na fala do acusador, uma “donzela” pura e casta, menor de 21 anos, teria proferido palavras “obscenas” e “impróprias” e teria sido “corrompida” por um curandeiro. Nesse ponto, também os réus (Maximiliano e Theofila) concordam e dão mais detalhes:

Que o curandeiro não consentia que pessoa alguma entrasse no quarto onde ele e Balbina estavam; e querendo fazer também retirar a acusada, esta teimou em ficar e não retirou-se, e depois do que pôs-se a moça a dizer que não podia suportar a luz, e sendo esta apagada pelo curandeiro, a acusada fez de novo acender, isto por duas ou três vezes. Que vendo Balbina e o curandeiro que a acusada não saía do quarto, trataram de sem rebuliço se abraçarem e pedindo o curandeiro um vidro de banha, pôs-se a esfregar as partes pudendas de Balbina, consentindo essa e até manifestando prazer chegando mesmo a dizer que o curandeiro fizesse do corpo dela o que quisesse.²⁵

Aqui a revelação de que o curandeiro teria tocado as partes íntimas da “donzela”, o que a teria levado a pedir que fizesse com o seu corpo “o que quisesse”. Imoralidade, lascívia e prazer aparecem em destaque na fala dos réus. Calainho (2006) lembra que:

[...] em geral, os curandeiros utilizavam-se de uma série de ingredientes que podiam ser ingeridos ou esfregados no corpo: substâncias de origem animal e vegetal, como ervas e raízes, alimentos e líquidos diversos: excrementos humanos e de animais; sangue, suor, cabelos, unhas, partes de cadáveres e ainda elementos da ritualística católica, como hóstias, crucifixos, água-benta e orações. (CALAINHO, 2006, p.209).

Continuam os acusadores a detalhar os atos “imorais” do curandeiro:

Que entre beijos e abraços e tratando-se por meu bem, levaram Balbina e o curandeiro grande parte da noite; e durante este tempo a acusada saiu duas ou três vezes para ir buscar alguma coisa a pedido do curandeiro. Que no dia seguinte Balbina não quis aparecer com a saia que trazia e o curandeiro pediu a acusada uma saia emprestada para a mesma Balbina vestir pelo que a acusada emprestou uma saia cor de rapé. Que Balbina amanheceu com os beijos inchados e a cútis roseada.²⁶

Na citação, várias expressões exemplificam uma suposta “lascívia” e “imoralidade”, tais como: “beijos e abraços”, “se tratando por meu bem”, “não quis aparecer com a saia que trazia” (manchada de sangue diante da perda de virgindade da donzela?) e “beijos inchados”.

²⁵ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

²⁶ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

A mãe de Babina parece que sabia o que estava acontecendo, mas confiava na “honra” que o curandeiro poderia oferecer a sua filha:

Que Balbina mandou que o curandeiro deitasse na cama com ela, e opondo-se a isso a acusada, a mãe de Balbina, que tudo ouvira de fora, disse à acusada que nenhum mal faria e que o curandeiro tinha honra para dar a sua filha e à acusada.²⁷

Já as impressões dos réus sobre o curandeiro são diferentes: “Que os pais de Balbina são os primeiros a difamarem-na, consentindo que andasse em passeios na garupa de um biltre como o negro curandeiro.”²⁸ No momento em que associam o curandeiro a uma imagem negativa, a sua cor é logo posta em evidência. “Biltre”, vil, patife, não era uma pessoa de honra.

Não tendo como escapar do fato de que sua filha teria tido um “relacionamento” com o curandeiro, a mãe justifica esse ato como movido por forças sobrenaturais, ou seja, por um feitiço. Dessa forma, o curandeiro é o responsável pela corrupção dos costumes:

Que os acusados guardavam silêncio de tais ocorrências por serem muito vergonhosas até que foram descobertas pela própria mãe de Balbina, que narrando os fatos, dizia que tudo tinha-se dado por feitiço da acusada. Que se houve feitiço, o feiticeiro é o curandeiro.²⁹

João Moreira Prates, empregado público, testemunha do caso, reforça a ideia de que o curandeiro era “imoral” e oferece detalhes sobre os acontecimentos, particularmente sobre o comportamento do curandeiro e seus procedimentos:

[...] em certa hora depois de beberem muita cachaça, sentando-se o dito curandeiro Bandeira junto a Balbina, e espreguiçando-se junto dela, esta também fizera o mesmo, isto indicando sensualidade, e que dali foram para o quarto onde dormem Maximiano e sua mulher, e indo também o curandeiro, este não queria que pessoa alguma entrasse no dito quarto ficando no mesmo à força a mulher de Maximiano e vendo sem vestido a dita Balbina, o curandeiro deu a esta um pedaço de ananaz dizendo que era para ela não mover o seu filho e depois de esfregar a barriga de Balbina e mais outros lugares com a banha, apagou a luz, porem a mulher de Maximiano fez acender de novo, e isto por algumas vezes e pondo-se Balbina a dizer-recebo a vós senho. O curandeiro dissera discunjura de sinhô que aqui está douto.³⁰

²⁷ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

²⁸ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

²⁹ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

³⁰ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

A imoralidade é associada ao consumo de cachaça, que teria levado a atos que remetem à sensualidade. É importante destacar a representação de todo um arsenal utilizado pelo curandeiro, como o ananás e a banha. Parece-nos que Balbina recebera santo, quando ela diz “Recebo a vós senho” e o curandeiro pede que a entidade saia, “O curandeiro dissera discunjura de sinhô que aqui está douto”. O que seria esse Conjuro? Mesmo analisando o México Colonial, Gruzinski (2001) afirma que o conjuro era uma forte idolatria entre a população indígena, e que, por meio dela, chegava até o outro plano. Segundo ele:

[...] é mais um poder sobre os seres e as coisas do que um saber e uma práxis, um estabelecimento de relações, mais do que uma especulação intelectual. O que não significa que a exclua completamente: curandeiros e outros poderem ter sido levados a pensar o conjunto dos conjuros que conheciam, mas este não era seu objetivo imediato e habitual. (GRUZINSKI, 2001, p. 238).

Gruzinski (2001) salienta que o conjurador é aquele que recebe, por um período de tempo, a energia divina, como fazem os homens deuses pré-hispânicos; ele é a encarnação do próprio deus e poderia manipular como bem quisesse uma determinada situação, mesmo que não fosse fácil transmitir por meio de palavras o mundo criado pelas invocações. Quanto aos medicamentos utilizados pelo curandeiro, existe o uso de elementos do universo medicinal indígena, o ananás e a banha. A utilização de óleos e/ou banhas constitui-se uma prática comum entre os curandeiros/feiticeiros do Brasil Colônia. Além do caso já citado do frei, Mello e Souza (1986) descreve vários exemplos de utilização de untos de carneiros (sebo), banhas e diferentes tipos de óleos.

Voltando ao processo, a mesma testemunha continua relatando os feitos imorais do curandeiro e a referência às suas divindades:

[...] estando Balbina deitada adiante da mulher de Maximiano e supondo o curandeiro estando já noite avançada que esta estava já dormindo, o mesmo curandeiro foi devagar deitar-se na cama e abriu com jeito as pernas de Balbina, que nelas se acomodava, e que sendo visto pela mulher de Maximiano esta lhe dera um empurrão que o fez cair no chão e ouvindo Maximiano que estava na tenda tal barulho viera a porta do quarto e perguntara a sua mulher o que era aquilo e antes de sua mulher responder o dito curandeiro pedira a esta que pelo Senhor Bom Jesus da Lapa nada dissesse, pelo que a mulher respondeu a seu marido que não era nada.³¹

“Imoral”, o curandeiro fora lentamente deitar-se na cama e, com “jeito”, abriu as pernas de Balbina. O grau máximo de imoralidade tinha sido alcançado. Ao ser

³¹ Processo Crime por injúrias verbais. Caixa Diversos (1874). Arquivo do Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista /BA.

descoberto, ele invoca então um santo católico, Bom Jesus da Lapa.³² O processo termina com o despacho do juiz sobre a improcedência da denúncia por injúrias verbais impetrado por Severiano e o condena a pagar as custas do processo. Severiano recorre, mas perde novamente na segunda instância. As “imoralidades” cometidas tanto pelo curandeiro quanto pela filha de Severiano, Balbina, ficaram então provadas. A tese de que Balbina agira sob um feitiço feito pelo curandeiro não convencera.

No processo, vemos uma busca pelo lugar do curandeiro; mas, por ele ser “negro” e “curandeiro”, sua caracterização era ambivalente e incerta, porém, de qualquer maneira, o “lugar”, onde parte dos personagens envolvidos achava que ele estava, era o lugar da “imoralidade”.

Outro curandeiro é representado em um processo de 1874. Trata-se do “miserável preto velho de nome Manuel”, morador da Fazenda da Batalha, local onde se deu o último enfrentamento de maiores proporções entre europeus e indígenas. Como vemos nesse documento, já é perceptível a presença de negros na localidade, a qual teria vindo anterior ou posteriormente ao enfrentamento. Os documentos e a bibliografia não são conclusivos sobre isso.

No processo, vemos, nas descrições das testemunhas, um homem negro, idoso, miserável, que perambulava por vários lugares e que morrera espancado; por outro lado, vemos Manuel, tido como valente, que dizia que iria “deitar uma tocaia” em seus desafetos e, segundo uma dessas testemunhas, dizia que tinha poderes sobrenaturais e deveria ser respeitado por isso:

[...] disse que sabe por ver que no dia de ontem das três para as quatro horas da tarde estando ele testemunha na rua do Espinheiro vira o finado Manoel Criolo mastigando um dente de alho e sobre o que dizia que quem mastigava era feiteiro.³³

Temos aqui um homem descrito como “criolo” que usa alho e se diz feiteiro³⁴. Importante destacar a dimensão dessa atitude de Manoel como um mecanismo de enfrentamento social, segundo Ginzburg “[...] a feitiçaria pode realmente ser

³² Analisando as religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista (1930 a 1999), Aguiar (1999) nos diz que, nessa cidade, a entidade do caboclo aboiador foi sincretizada como Bom Jesus da Lapa.

³³ Processo 1874. Caixa: Diversos 1874. AFJM/BA.

³⁴ Importante destacar que na pesquisa que fez sobre as benzedadeiras de Vitória da Conquista, Souza (1999) nos diz que o alho era um dos principais elementos utilizados para curar doenças e para livrar o corpo de malefícios. Outro fato interessante é que as testemunhas caracterizam Manuel como sendo um “Preto Velho”, seria ele pertencente a algum terreiro de umbanda? Incorporaria alguma entidade? A documentação não toca nestas questões.

considerada, sem exagero, uma arma de defesa e ataque nas lutas sociais.” (GINZBURG, 1989, p. 21).

Para o início do século XX, não localizei muitas referências a curandeiros. Uma das poucas pode ser encontrada na obra de Viana (1982). Trata-se de Rufina, mãe de Rufino, um dos capangas mais famosos de Vitória da Conquista, com participação importante no conflito entre dois grupos políticos locais, os meletes e peduros, em 1929. Segundo Viana, Rufino dizia ter o corpo fechado por sua mãe Rufina. Essa, de acordo com depoimentos colhidos por Viana, dizia: “Enquanto essa Negra via bater a pestana, fogo de pólvora não queima meu fio Rufino.” (VIANA, 1982, p. 142).

Considerações finais

Poucos médicos, dificuldades em se precisar com clareza às doenças, expressões vagas como “moléstia interna” e “febres” esse é o quadro do universo das curas ditas oficiais no sudoeste da Bahia de finais do século XIX. As enfermidades que acometiam a população negra eram causadas, sobretudo, pela precarização da vida, daí o elevado índice de mortalidade infantil e o fato de doenças como o escorbuto ainda matarem.

A ausência de médicos, o pouco conhecimento científico em relação a várias doenças e seus sintomas, bem como o desconhecimento de questões importantes ligadas ao funcionamento do corpo, valorizou a importância dos curandeiros naquele contexto. Dessa forma, quando alguém era atacado por uma “moléstia desconhecida na história médica”, lá estava ele.

As imagens sobre esses personagens são diversificadas, pois lidavam com as doenças físicas e psíquicas, com o mágico e o religioso, com o sagrado e o profano. Isso associado ao fato de ao serem descendentes de africanos tornavam a sua imagem e representação extremamente multifacetada e ambivalente.

Illness, and healing practice medicine men black in southwest baiano (1869-1888)

Abstract

This article is intended to discuss the major diseases affected the black population in Southeast Bahia, more specifically in the region of Maracás/BA and the existence of unofficial practice of healing, performed by healers, almost black in the region of Maracás/BA and Vitória da Conquista/BA, between the years 1869 and 1888. For that is, use of records of deaths, the criminal proceedings and other documents notary.

Keywords: Disease; Healing practices; Healers; Black; Backlands Bahia.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. **Seção Colonial e Provincial, Presidência da província**, Seção Judiciário, Período 1837-1872, Maço 2647, 1860. APEB: Salvador.

ARQUIVO DO FÓRUM JOÃO MANGABEIRA. **Processo Crime por injúrias verbais**. Caixa Diversos, 1874. Fórum João Mangabeira, Vitória da Conquista/BA.

ARQUIVO DO FÓRUM JOÃO MANGABEIRA. **Processo cível 1874**. Caixa: Diversos, 1874.

ARQUIVO DO FÓRUM WASHINGTON LIDÉRICO SILVA. **Livro de Óbitos N° 1 (1877-1882)**. Maracás/BA.

ARQUIVO DO FÓRUM WASHINGTON LIDÉRICO SILVA. **Livro de Óbitos N° 2 (1882-1888)**. Maracás/BA.

ARQUIVO DO FÓRUM WASHINGTON LIDÉRICO SILVA. **Livro de Batismos (1880-1884)**. Maracás/BA.

Fontes secundárias

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**: com declarações de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2ª edição. Rio de Janeiro/ Brasília: Cátedra/ INL, 1976.

AGUIAR, Itamar Pereira de. **As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista**: Caminhos da diversidade. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

ARAÚJO, Emerson Pinto de. **História de Jequié**, 2ª edição, Editora Gráfica da Bahia, Salvador, 1997.

BARBOSA, Keith. Escravidão, mortalidade e doenças: notas para o estudo das dimensões da diáspora africana no Brasil. **Anais do XIX Encontro regional de história**: poder, violência e exclusão. ANPUH/SP – USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

CALAINHO, Daniela Buono. Um escravo nas malhas do Santo Ofício: Francisco Antônio e o curandeirismo africano no Império Português. In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira (Org.). **Retratos do Império**. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. v. 1. Niterói: EDUFF, 2006. p. 207-217.

CASTILHO, Celso; COWLING, Camillia. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Asia [online]**, n. 47, p. 161-197, 2013.

CHALHOUB, Sidney. **Artes e Ofícios de Curar no Brasil**: capítulos de história social. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar e os seus agentes no século XIX na Província de Minas Gerais**. 1997. Tese. (Doutorado em sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, Humberto José. Formação política da região sudoeste da Bahia In: AGUIAR, Edinalva Padre; et all. **Política**: o poder em disputa. Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: Museu Regional de Vitória da Conquista/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. (Série Memória Conquistense, v. 3).

GRUZISNKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GRUZISNKI, Serge. **O pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LANGAARD, Theodoro J. H. **Dicionário de medicina doméstica e popular**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1872.

IVO, Isnara Pereira. **O anjo da Morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

KARASH, Mary C. **A Vida dos escravos no Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MELLO E SOUZA, Laura. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

NASCIMENTO, Washington Santos. Maria crioula, José pretinho e o mulato claro de olho de gato: representações de mestiços, pretos e negros no sertão baiano (1870-1930). **Afro-Ásia (UFBA. Impresso)**, Salvador, v. 48, p. 237-272, 2013.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Construindo o "negro": lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

NASCIMENTO, Washington Santos. Mestiçagens e Identidades Negras: Um olhar a partir da relação negro-indio. **Publicatio UEPG: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**, v. 16, p. 233-241, 2008.

NASCIMENTO, Washington Santos. Famílias escravas, libertos e a dinâmica da escravidão no sertão baiano (1876-1888). **Revista Afro-Asia (UFBA)**, v. 35, p. 220-240, 2007.

NASCIMENTO, Washington Santos; SANTOS, Ocerlan Ferreira. Viver e morrer no sertão baiano: dimensões da vida negra em Maracás/BA (1877-1887). **Cadernos de história (UFOP. Mariana)**, Ano IV, n. 1, 2009.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. **Colonização e resistência no Paraguaçu/Bahia, 1530-1678**. 2008. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. Contribuições metodológicas para estimativas da mortalidade de escravos da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo do Rio Grande do Sul colonial. **XII Encontro regional de história: usos do passado**. Rio de Janeiro: ANPUH/RJ, 2006.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros**. São Paulo: Fapesp/Hucitec/Edusp, 2002.

REIS, João José. **A Morte é uma festa: Ritos Fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

SIERING, Friedrich Câmara. **Conquista e dominação dos povos indígenas**: resistência no sertão dos Maracás. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. **Ramos, rezas e raízes**: A benzedura em Vitória da Conquista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SOUSA, Maria Aparecida Silva. **A Conquista do Sertão da Ressaca**: povoamento e posse da terra no interior da Bahia. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

VIANA, Anibal. **Revista Histórica de Conquista**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, v. 2, 1982.

Recebido em maio de 2014.
Aprovado em agosto de 2014.